

## INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS EM SALAS REGULARES: Intervenção Neuropsicopedagógica

Maria Gescilene Sousa Ribeiro <sup>1</sup>

Acássio Paiva Rodrigues <sup>2</sup>

### RESUMO

O desafio de implementar a Educação Inclusiva em um contexto marcado historicamente pela exclusão é o que impulsiona a transformação constante observada nas escolas. Há um esforço em abandonar as profundas cicatrizes da exclusão, com base nas leis que promovem a igualdade para todas as pessoas, independentemente de terem ou não necessidades especiais. Este estudo tem como objetivo analisar as dificuldades ainda presentes no ambiente escolar nesse processo inclusivo. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, aprimorada nas concepções de autores como Sasaki (1997), Mantoan (2006) e Batista (2006), que exploram as conquistas e os desafios no âmbito da Educação Inclusiva e as barreiras existentes nas escolas. Após leituras e análises é constatado que os alunos com necessidades especiais usufruem plenamente de seu direito à educação, é essencial que tenham garantias de sucesso respeitando seu próprio ritmo e suas singularidades, em conformidade com as leis de inclusão já promulgadas.. Espera-se promover uma discussão a respeito de todas as dificuldades encontradas em sala de aula pelas pessoas com necessidades especiais e que se observem mudanças significativas na ação pedagógica, garantindo o que se propõe na lei da inclusão que é o engajamento total de todas as pessoas deficientes no ambiente escolar e na sociedade como um todo.

**Palavras – Chave:** Dificuldades. Educação Inclusiva. Lei. Necessidades Especiais

### INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva surgiu da excessiva necessidade de oferecer oportunidades iguais no ambiente escolar regular às pessoas que não se enquadravam no modelo vigente de alunos “normais”. Vistos no passado como defeituosos e incapazes, a escola se tornou lugar inapropriado durante muito tempo para as pessoas com necessidades especiais. A visão de uma educação menos excludente e que oferecesse maiores chances de socialização à essas pessoas ganharam força há poucas décadas, na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). Embora remonte dos tempos do Império Brasileiro, as primeiras instituições voltadas a oferecer acompanhamento para pessoas com necessidades especiais, surgiram a partir de Salamanca, e sua visibilidade se tornou maior.

Nesse cenário, o Brasil acompanhou essa primeira evolução no pensamento inclusivo quando aprovou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB

---

<sup>1</sup> Especialista em Neuropsicopedagogia pela Faculdade Educar- FAEDI, [gescilene.adm@hotmail.com](mailto:gescilene.adm@hotmail.com);

<sup>2</sup> \*Orientador. Doutorando em Ensino de Ciências pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, [acassiopaiva1@hotmail.com](mailto:acassiopaiva1@hotmail.com).

9394/96), que determina que pessoas com necessidades educacionais especiais sejam incluídas em escolas de Ensino Regular. À luz das mudanças que se impuseram no ambiente escolar, fez-se necessário conhecer as peculiaridades de cada aluno que passou a ter o direito de frequentar salas de aula de ensino regular. O ambiente escolar como um todo necessitou e ainda necessita de uma grande reformulação para atender uma grande demanda de pessoas que até então estavam sem frequentar a escola. Aos professores o desafio se mostrou de grandes proporções, uma vez que a qualificação para trabalhar com as especificidades de cada aluno não chegou previamente. A realidade é que as pessoas com necessidades especiais passaram a gozar do direito de estarem inseridas no ambiente escolar, sem que esse lhes pareça excludente, mas aos professores faltou a preparação qualificatória para cada caso em especial.

O que inicialmente parecia uma solução de problemas gerou grande desconforto no núcleo pedagógico das escolas, que encontrou dificuldades para lidar com essa nova realidade. Ao aprofundar o estudo sobre inclusão, tema amplamente discutido em leis, grupos de estudo e na própria escola, percebe-se que ela representa uma forma de integração total, mas que avança de forma gradual. Seu alcance não é impossível, considerando o trabalho coletivo que vem sendo realizado para disponibilizar às escolas atendimento especializado e professores pesquisadores, mesmo com dúvidas e, por vezes, sem especialização no campo das especificidades dos alunos.

Aos poucos o material adequado às necessidades especiais tem chegado nas escolas e se procura a melhor forma de inclusão, ou seja, a socialização. À medida que as leis foram sendo promulgadas, os desafios não se mostraram menores. A sala de aula passou a contar com uma gama de problemas estruturais e educacionais que se prolongaram durante muito tempo, alguns se estendendo até a atualidade. As crianças com necessidades especiais encontraram no ambiente escolar um novo mundo, repleto de oportunidades nunca imaginadas de serem possíveis por conta de suas limitações. Nesse ambiente, porém, é que suas dificuldades de aprendizagem ou necessidades educacionais especiais deveriam ser sanadas.

O caminhar da evolução é lento, mas constante. Cada profissional da educação busca incessantemente o sucesso do aluno, pois isso garante que seu trabalho teve o objetivo alcançado. É dessa visão persistente do professor que se alimenta a educação inclusiva. Como incluir um aluno em uma sala que tem à frente um professor excludente? Essa realidade é o que não pode existir. A Educação Inclusiva provém de uma necessidade real de transformação no contexto escolar e isso já pode ser visto com pequenos avanços

percebidos nas escolas, nas famílias e na sociedade. Dar prosseguimento a esses avanços é o que se propõe continuamente. As perspectivas de acabar com a exclusão e tornar a escola um ambiente totalmente inclusivo são permanentes. Para as crianças com necessidades especiais é mais difícil relacionar o ambiente escolar como um meio social atrativo se esse não lhe oferecer bem-estar e vontade de permanecer no mesmo.

Diante da busca incessante pela inclusão permeada de entendimento profissional é que surge a figura do neuropsicopedagogo, munido de conhecimento técnico necessário para fazer acontecer de modo efetivo o aprendizado de cada aluno que apresente necessidades especiais, respeitando as peculiaridades de cada aprendente e garantindo sua permanência em uma sala de aula regular, onde além de aprendizado a socialização estará garantida.

## **A INCLUSÃO SOCIAL FUNDAMENTADA NOS DIREITOS HUMANOS E NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

A evolução da educação especial em território brasileiro é marcada em seu início por períodos bem distintos e marcantes, com ações abrangentes voltadas aos portadores de deficiências, como assim eram denominados. Para Mazzota (1996), a inclusão da educação de deficientes ou da educação especial na política educacional brasileira vem ocorrer no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta, século XX. Pode-se enumerar como primeiro período a fase que vai de 1854 a 1956, caracterizado pelo início do atendimento escolar aos portadores de deficiência, promovido pela ação efetiva de D. Pedro II, fundando o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1891 o decreto de nº 1320 foi assinado e o referido instituto passou a denominar-se Instituto Benjamim Constant.

Em meados de 1857 foi fundado por D. Pedro o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, também na cidade do Rio de Janeiro. A referida escola ofereceu, desde o início, educação literária e ensino profissionalizante às crianças e adolescentes, surdos-mudos, com idade entre sete e catorze anos. A instalação de ambos os Institutos veio proporcionar a discussão em torno da educação dos portadores de deficiência em diversos âmbitos sociais, inclusive no Primeiro Congresso de Instrução Pública (1883), com abordagens sobre a sugestão de currículos e formação de profissionais da educação capacitados a trabalhar com cegos e surdos.

A primeira metade do século XX contou com quarenta estabelecimentos mantidos pelos poderes público e federal. O segundo período vai de 1957 a 1993 e o atendimento aos excepcionais tornou-se um assunto mais presente nas discussões nacionais, sendo assumido pelo governo através da criação de campanhas voltadas especialmente ao atendimento aos excepcionais. Em 1960 foi instituída a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME), com o principal propósito de promover a nível nacional a educação, reabilitação, treinamento e assistência educacional para crianças portadoras de deficiência, com qualquer idade e de qualquer sexo. Houve também grande mobilização de representantes de associações de deficientes e órgãos ligados ao governo em virtude da Constituição de 1988, com a clara intenção de garantir direitos e deveres dos portadores de deficiência presente na constituição brasileira.

Somados aos esforços dos órgãos governamentais e às associações, pais e portadores de deficiência, pesquisadores e profissionais da educação especial pressionaram pela implementação de políticas educacionais mais abrangentes e atuantes a serviço dos portadores de deficiência. Para Prietro (1997), a Constituição Federal de 1988 é a primeira dentre nossas constituições que inscreve de modo explícito o direito aos portadores de deficiência. Para a autora, a década foi marcada pela persistente luta da sociedade brasileira a favor das pautas de reivindicação de um texto constitucional que privilegiasse a educação como direito a todos, definindo responsabilidades pela promoção e manutenção da educação.

A defesa da cidadania e do direito a educação de pessoas portadoras de deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade, manifestando-se através de medidas isoladas de indivíduos ou grupos. A conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiência podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados deste século. (Mazzotta, 1996, p. 15)

Ressalta-se que àquela época o objetivo de dar assistência já estava presente, mesmo que com objetivos vagos. Exemplo disso é a Constituição Federal de 1946 que estabeleceu a obrigatoriedade da oferta de ensino e assistência educacional aos alunos portadores de deficiência, mas de forma evasiva e sem objetivos claros. O século XX chegou trazendo uma concepção de deficiência ainda arraigada com preconceito onde os “deficientes” eram vistos e tratados como incapazes. Embora os avanços possam ser detectados nas ações praticadas de forma assistencialista por algumas instituições, é

notório que essas ações escondiam um outro propósito, menos humano, que consistia em manter uma boa visão das instituições perante a sociedade. O século XX foi redentor no que diz respeito ao surgimento de instituições destinadas a atendimento especializado, como é o caso do Instituto Pestalozzi, fundado em 1926, destinado a pessoas com deficiência mental e a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), fundada em 1954. Mas para efeito de atendimento educacional especializado a Sociedade Pestalozzi destacou-se por ofertar o primeiro atendimento destinado às pessoas com superdotação, em 1945.

Em contra partida, a Constituição Brasileira em seu Decreto nº 3956/2001 procura tratar com mais eficiência as necessidades apresentadas por seus cidadãos e define deficiência como [...] “ uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”. Isso corrobora com a ideia de que deficiência é uma situação própria de alguns indivíduos.

As políticas públicas destinadas às pessoas com necessidades especiais, voltadas à preocupação com o aluno e seu bem-estar no ambiente escolar promoveram um enfoque direcionado à educação para todos, como aponta a Declaração de Salamanca, a tendência da política social durante as duas últimas décadas foi a de fomentar a integração e a participação e de lutar contra a exclusão. A integração e a participação fazem parte essencial da dignidade da pessoa humana e do gozo e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, essa situação se reflete no desenvolvimento de estratégias que possibilitem uma autêntica igualdade de oportunidades. (BRASIL, 1994, p. 23).

A preocupação em oferecer ambiente escolar livre de preconceito é latente. O aluno que apresenta dificuldade para se adequar aos padrões impostos pela escola tradicional merece receber atenção que garanta seus direitos de igualdade. Livrar a escola de preconceito, exclusão e diferenciação pejorativa é o foco das ações executadas em prol da mudança dos hábitos comuns nas escolas. Historicamente as pessoas com deficiência eram descartadas do convívio social e não realizavam quaisquer atividades por serem consideradas incapazes, inválidas. Aos olhos da sociedade, carregada de preconceito, o mais apropriado seria retirá-las do convívio social, internando-as em instituições que ofereciam tratamento, abrigo e atividades para lhes ocupar o tempo. Nem sempre essas instituições primavam pelo bem-estar dos internos, sendo comuns relatos de maus tratos referentes a tratamentos fisicamente dolorosos ou privação de liberdade, onde os internos eram trancados em ambientes solitários e retirados do convívio com a outras pessoas.

Esses modelos de integração social, segundo Sasaki (1997), não satisfazem plenamente os direitos das pessoas com deficiência, pois exigem pouca modificação de atitudes da sociedade, de espaços físicos, de objetos e de práticas sociais e tudo é exigido do portador de deficiência diferentemente da inclusão social, onde o processo é realizado pela sociedade que se adapta para incluir, em seus sistemas sociais gerais, as pessoas com necessidades especiais. Simultaneamente, essas pessoas se preparam para assumir seus papéis na sociedade, constituindo-se, assim, um processo bilateral onde as mesmas, ainda excluídas, e a sociedade buscam equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidade para todos. A trajetória histórica da inclusão de crianças com necessidades especiais no ambiente escolar foi marcada por avanços e retrocessos, sendo plausível salientar que os esforços continuam sendo feitos para que haja uma efetiva inclusão de todos na escola, garantindo o direito da igualdade de oportunidades.

## **OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR**

Vendo que as instituições cuidavam do atendimento especializado, mas não incluía os deficientes na sociedade, foram criadas leis que favorecessem e fundamentassem o atendimento de pessoas com deficiência, leis que substituem a da época da ditadura militar que não promovia a inclusão na rede regular de ensino, pois era determinado que as crianças com necessidades especiais tinham uma escola só para elas. (Lei nº 5.692 / 1971). O plano que veio beneficiar no âmbito da educação inclusiva é o PDE que trabalha com a questão da infraestrutura das escolas, abordando a acessibilidade das edificações escolares da formação docente das salas de recursos multifuncionais. (Decreto 6.094/ 2007). Então surge o decreto para dar mais força a esse plano de beneficiamento da inclusão e cria o novo Atendimento Educacional Especializado (AEE) na educação básica e define como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicas organizadas institucionalmente prestados de forma complementar a formação dos alunos do ensino regular (Decreto nº 6.571).

Para a escola é primordial a formação de um professor, pois é nela que ele se torna um profissional formado permanentemente. É na perspectiva de formação e profissionalização que se dá a aprendizagem e o desenvolvimento da escola. A formação dos professores torna-se elemento central no processo de desenvolvimento profissional quando o conceito de profissionalismo docente articula. Inicialmente por se tratar de uma

disciplina que exige muito, requer dos alunos atenção redobrada de forma que desperte interesse em aprender numa perceptiva didática pedagógica eficaz a formação do aluno como um todo.

Diante dessa realidade da prática docente da língua portuguesa o professor necessita motivar a compreensão de seus alunos constantemente com conhecimentos e saberes críticos. Na interpretação de Montoan (2004, p. 37), a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais é um movimento que tem sido muito polemizado por diferentes segmentos, mas essa inserção nada mais é do que garantir o direito constitucional que todos, independentes de suas necessidades, devem ter uma educação de qualidade e que a inclusão vai depender da capacidade de lidarmos com as diferenças. É indiscutivelmente, uma das principais barreiras para a transformação da política de educação inclusiva em práticas pedagógicas efetivas conforme discutido por diversos autores é a precariedade da formação dos professores e demais agentes educacionais para lidar com alunos com significativos problemas cognitivos, psicomotores, emocionais e ou sensoriais, na complexidade de uma turma regular. (BRUNO, 1999- 2001; GLAT E NOGUEIRA 2002; GLAT E PLESTCH 2004; SOUSA 2005, p. 22).

Em tempos remotos já se falava que todas as crianças, independentemente de suas necessidades, frequentassem a escola, mas não havia obrigatoriedade para que isso acontecesse, com a implementação das leis que beneficiam essas crianças, as instituições de ensino público regular teve que se adaptar a esse novo contexto de educação. Então foi criado o Atendimento Educacional Especializado nas escolas públicas de ensino regular, que apesar de algumas dificuldades enfrentadas pelo os poucos recursos, é uma grande ajuda para o entendimento das diversas especificidades ao quais nos deparamos nas salas regulares.

O Atendimento Educacional Especializado é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, graus e etapas do percurso escolar e tem como objetivos, entre outros, identificar as necessidades e possibilidades do aluno com deficiência, elaborar planos de atendimento visando ao acesso à participação no processo de escolarização em escolas comuns, atender o aluno no turno oposto aquele que frequenta a sala comum, produzir ou indicar materiais e recursos didáticos que garantam a acessibilidade do aluno com deficiência as conteúdos curriculares, acompanhar o uso desses recursos em sala de aula, verificando sua funcionalidade, sua aplicabilidade e a necessidade de eventuais ajustes, e orientar as famílias e professores quanto aos recursos utilizados pelos alunos (SARTORETTO, 2010, p.2).

As salas de Atendimento Educacional Especializado são de valiosa importância para que a aprendizagem do aluno com deficiência na sala de ensino regular aconteça de forma prazerosa. Mais importante ainda, é a atuação dos professores destas salas, que devem ser de forma colaborativa com os professores da classe comum, para que se consigam encontrar metodologias pedagógicas que seja de auxílio para o acesso do estudante ao programa e a sua socialização no grupo, entre outras importantes ações que promovam a educação inclusiva.

Nesse contexto, a implantação desse serviço não acontece na maioria das escolas, o Atendimento Educacional Especializado é sistematizado no contraturno, mas não há essa interação com os professores da sala regular, talvez pela disponibilidade desses professores ou até mesmo por não terem formação ou informação sobre os materiais utilizados nas salas de atendimento. Há o professor de apoio – cuidador do aluno especial é um intercâmbio entre o professor da sala regular e o Atendimento Educacional Especializado. Cabe a ele procurar meios de integrar a criança com especificidade juntamente com o professor da sala com os demais alunos, formando um conjunto com o mesmo objetivo, que é promover a inclusão.

Nesse cenário, a neuropsicopedagogia surgiu como resposta à necessidade de ajudar no desenvolvimento dentro de uma perspectiva que se privilegie o desenvolvimento das habilidades que estão presas dentro da criança. Neste contexto, em um primeiro momento, precisa-se utilizar recursos como a entrevista com a família, fazendo uma profunda investigação para tentar descobrir o porquê do encaminhamento da criança ao atendimento, buscar descobrir a história de vida delas, sendo possível através de recursos como a Anamnese. Procurar meios para identificar na vivência do aluno, seu histórico escolar, as principais dificuldades apresentadas no processo de aprendizagem; encaminhar a outros profissionais quando necessário.

A intervenção do profissional em neuropsicopedagogia no processo de aprendizagem contribui de forma significativa diante das diversidades encontradas no ambiente escolar, onde a principal intenção é a desvendar os obstáculos que estão prejudicando ou dificultando a aprendizagem do aluno. No entanto, é notório que muitos fatores podem estar interligados nessa dificuldade, podendo ser um problema com fundo social ou em suas funções neurocognitivas, no afetivo, no psicológico, nas ações pedagógicas, esses problemas podem definir se haverá o fracasso ou o sucesso escolar e no desenvolvimento dessa criança.



Espera-se que do lado profissional se tenha um olhar amplo para descobrir qual fator está sendo o responsável pela dificuldade do aluno, e dentro desse trabalho, construir um planejamento direcionado ao desenvolvimento do trabalho dentro de cada necessidade apresentada e que essa intervenção venha a ser efetivada juntamente com os outros profissionais que estejam envolvidos no caso, como uma equipe multidisciplinar, com o intuito de obter um maior conhecimento dentro do processo evolutivo da aprendizagem desse aluno.

O que mais observamos na atualidade são as reclamações feitas por profissionais da educação dentro da perspectiva do fracasso escolar do aluno, já que muitos deles não conseguem demonstrar os seus sentimentos, não conseguem desenvolver a leitura e a escrita, e assim o professor necessita de um auxílio para poder intervir nesse processo. Neste caso, é muito importante que se ouça o aluno, os seus problemas. Desta maneira o profissional poderá detectar a realidade do problema que está sendo enfrentado no processo da aprendizagem e no desenvolvimento, já que esse problema pode ter sido adquirido antes ou no decorrer da sua vida escolar.

Dentro deste processo investigativo é necessário um conhecimento mais amplo sobre a vida escolar e social do indivíduo; o neuropsicopedagogo entra neste contexto para interferir e interagir na melhoria do processo, sanando dificuldades enfrentadas pela criança. Este profissional tem a responsabilidade de trabalhar para alcançar os seus objetivos e para que a escola possa acompanhar esse processo de desenvolvimento que ela está passando. A intervenção psicopedagógica deve ser um processo contínuo, que necessita envolver a família e toda a comunidade escolar, assim como todos os outros profissionais que estiverem próximos ao processo de aprendizagem e no acompanhamento da criança. Para desenvolver esta ação não é se pode pensar de forma que seja efetivada individualmente entre o neuropsicopedagogo e o aluno, mas sim uma ação conjunta entre todos. Assim, faz-se necessária ação efetiva e eficaz para que a criança aprenda, sinta-se bem e possa levar uma vida dita normal, sem aqueles momentos de marginalização no seu meio social.

A escola precisa atentar a cada nova dificuldade de aprendizagem, trabalhar com novas experiências e oferecer possibilidades reais, além de não deixar sua docência ser cômoda e reflexo da apatia institucionalizada. Ao observar cada comportamento da criança fica viável ajudá-la. Diante dessa observação paciente e demorada, ainda se faz necessário saber se ela apresenta dificuldade no seu perfil neuro-sensório-motor. Avaliar o perfil neurosensório-motor é perceber como está o desenvolvimento, do sistema

nervoso, do sistema sensorial, do sistema motor. Para avaliá-lo, precisa-se conhecer os elementos que o compõem: o esquema corporal, lateralidade, interação espacial, orientação temporal, coordenação dinâmico-manual, coordenação visual-motora, desenvolvimento da linguagem, desenvolvimento sensorial (FERREIRA, 2001. pag. 15).

O papel do neuropsicopedagogo desponta como fundamental e visa maior interação dentro dos problemas enfrentados nas unidades escolares, no contexto de exclusão que acontece no meio educativo. O neuropsicopedagogo pode apresentar meios e propostas pedagógicas como:

- Proporcionar meios pedagógicos adequados com a situação;
- Criar meios de reflexão sobre o tema, entre a equipe;
- Observar atentamente as dificuldades apresentadas por cada aluno;
- Observar principalmente o potencial que cada criança apresenta, procurando ajudá-la;
- Não observar a doença que a criança apresenta e sim as suas qualidades e potencialidades.

Entre outros meios pedagógicos que podem ser utilizados como recursos para uma inclusão satisfatória, na qual todos são valorizados por igual. O profissional formado em neuropsicopedagogia tem esse papel, junto à escola, tentar oferecer novos caminhos que se mostrem adequados para o melhor desenvolvimento do saber de cada aluno, de forma que o ambiente escolar se torne menos complexo e possa ser transformador; local onde se aprende não só conteúdos educacionais, mas conhecimentos diversificados e, principalmente, onde todos tenham direitos e deveres, sem discriminação, ou preconceitos.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Podemos afirmar que por muitos anos as pessoas com necessidades especiais passaram por diversas dificuldades de acessibilidade social. Historicamente essa situação perdurou e ainda pode ser observada na atualidade, mesmo que de forma mais tênue. As mudanças diante da exclusão só começaram a ser efetivas após muita luta e disseminação do conhecimento acerca das necessidades especiais que os indivíduos apresentavam e que deveriam ser respeitadas. Diante das leis de inclusão que aos poucos foram surgindo, a realidade começou a ser modificada e passou a ser menos excludente. Hoje é possível que, mesmo enfrentando dificuldades, os portadores de alguma deficiência possam

frequentar lugares que antes não lhes era permitido, frequentar escolas e trabalhar, pois com os estudos garantidos muitos conseguem obter sua autonomia pessoal e dentro do seu trabalho desenvolver grandes potenciais.

O trabalho dos profissionais responsáveis pelo aprendizado dos alunos tem se tornado cada dia mais relevante, sendo indispensável valorizar o trabalho de todos os envolvidos no contexto da inclusão escolar.. Dentre eles, o neuropsicopedagogo, presente nas unidades escolares, representa um papel fundamental diante do processo educativo, promovendo interação dos gestores e professores no crescimento cognitivo e na aceitação das crianças especiais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Declaração De Salamanca:** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Espanha, 1994

BRUNO, M. M. G; GLAT, R. PLETSCH, M. D. **Educação Inclusiva:** componente da formação de educadores. Revista Benjamin Constant, Edição 38, dezembro de 2005.

MANTOAN, M. T. E. **Caminhos pedagógicos e Educação Inclusiva.** In: GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob. Caminhos pedagógicos da Educação Especial. Petrópolis: Vozes, 2004.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1996.

PRIETO, R. G. **Políticas da inclusão:** Compromisso do poder publico, da escola e dos professores. São Paulo: Fontes, 1997. 20

SARTORETTO, M. L.; SARTORETTO R. **Atendimento educacional especializado e laboratórios de aprendizagem: o que são e a quem se destinam.** Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/> Acesso em 15/04/2024.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997. SHIROMA, E. O; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. (Org.). Política educacional. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.